

# BOLETIM ONLINE

N.º 4 – Maio/2019

PROMOVER OS DIREITOS HUMANOS E FORTALECER A AÇÃO SINDICAL E A IGUALDADE DE GÊNERO NO SETOR VESTUÁRIO DO BRASIL

REALIZAÇÃO:



Entidade parceira:



Apoiado:



## ENCONTRO REGIONAL SUDESTE CONTA COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS ENVOLVIDOS NO PROJETO

Evento foi realizado de 22 a 26 de abril, em Praia Grande, litoral de São Paulo. Saiba como foi – [PAG. 3](#)

### REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A reforma da Previdência proposta pelo presidente Jair Bolsonaro representa um ataque aos direitos previdenciários e à aposentadoria das mulheres. A idade mínima, aliada ao aumento de contribuição e à capitalização, farão com que as trabalhadoras percam a esperança na aposentadoria e numa velhice digna. – [PAG. 2](#)

### NEGOCIAÇÃO COLETIVA

“Sem a atuação das mulheres no processo de negociação coletiva, não haverá igualdade de gênero nos locais de trabalho” – [PAG. 4](#)



«Penso que a sociedade está em transformação e as mulheres são as maiores protagonistas das mudanças estruturais do novo século. Apesar do surgimento de uma nova onda conservadora, a igualdade de gênero é um tema que ganha cada vez mais espaço em debates ocorridos em todo o mundo. Neste sentido, enfrentar a questão da promoção da igualdade entre homens e mulheres nos locais de trabalho é primordial para a construção de uma sociedade mais justa e verdadeiramente igual” – Márcia Viana, Secretária de Comunicação e Imprensa da CNTRV e secretária estadual da Mulher Trabalhadora da CUT/SP.



# POR QUE AS MULHERES SOFRERÃO MAIS, CASO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SEJA APROVADA?

**D**e acordo com os debates realizados durante o Encontro Regional Sudeste do Projeto “Promover os Direitos Humanos e Fortalecer a Ação Sindical e a Igualdade de Gênero no Ramo Vestuário do Brasil”, a reforma da Previdência impactará as mulheres de forma ainda mais negativa que os homens. Isso porque a idade mínima de 62 anos, aliada ao aumento do tempo de contribuição para aposentadoria integral e para o acesso ao direito de se aposentar, farão com que as mulheres trabalhem, em média 5 anos a mais.

Outro fator determinante será a implantação do sistema de capitalização, em que a contribuição será organizada numa conta individual, abrindo a possibilidade para que o valor do benefício seja inferior ao salário mínimo. “Caso o governo e o Congresso insistam na criação do regime de capitalização, os trabalhadores e trabalhadoras só receberão os valores referentes ao que contribuírem ao longo dos anos. Isso porque o dinheiro passa a ser depositado numa conta individual, como num plano privado de previdência. No final da vida, cada um receberá apenas o que conseguiu contribuir”, alertou Cida Trajano, presidenta da CNTRV.



## DESEMPREGO AFETA MAIS AS MULHERES

Outro fator determinante para que os impactos da reforma da Previdência sejam ainda mais profundos para as mulheres, é o fato do desemprego atingir especialmente o sexo feminino. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2018, a falta de vagas no mercado de trabalho atingiu 15% das mulheres.

O nível atual de ocupação é de apenas 45,6% entre as mulheres em idade de trabalhar, apesar delas representarem 52,47% da população. Já o índice de ocupação entre os homens é de 64,3%.

## MULHERES NEGRAS SOFREM AINDA MAIS

Dados revelam também que as mulheres negras demoram mais para conseguir um emprego e, quando conseguem, enfrentam as piores condições de trabalho e recebem os piores salários. “São essas mulheres que serão as maiores prejudicadas pela reforma da Previdência e pela retirada dos direitos”, prevê Teany Moreira, dirigente da CNTRV.

O contingente dos desocupados no Brasil no primeiro trimestre de 2012 era de 7,6 milhões de pessoas, quando os pardos representavam 48,9%. No quarto trimestre de 2018, esse contingente subiu para 12,2 milhões de pessoas e a participação dos pardos passou a ser de 51,7%. Os negros, por sua vez, passaram de 10,2% para 12,9% no período. Já os brancos tiveram redução, passando de 40,2% para 34,6%.



## SEMINÁRIO DEBATEU DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE DE GÊNERO

Diversos sindicatos com base de atuação em São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo se reuniram na Praia Grande, litoral de SP, de 22 a 26 de abril, na etapa regional sudeste do Projeto. Dividido em duas etapas (uma delas com público formado por mulheres e homens e a outra por somente mulheres), o evento pautou a importância do Projeto e sua pauta no processo de organização e defesa dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores no ramo vestuário.

### DIREITOS HUMANOS

Um dos debates realizados do Seminário se referiu à violação dos direitos humanos no âmbito social e nos locais de trabalho. Assuntos como a prisão política do ex-presidente Lula e pautas do atual governo brasileiro, tais como armamento da população e reforma da Previdência, além de declarações dadas por Bolsonaro que geram um clima de violência e instabilidade política, foram vistos com preocupação pelos participantes. “Nos últimos anos, a democracia brasileira sofreu sérios ataques e isso deve ser uma preocupação constante da classe trabalhadora, já que a instabilidade política gera consequências na economia e impactam especialmente a classe trabalhadora. O Brasil violou os direitos de um ex-presidente e o Estado se coloca cada vez mais envolvido em questões ligadas aos conceitos religiosos e pessoais do atual presidente e sua equipe. Tudo isso ameaça os direitos humanos. É um problema de toda a classe trabalhadora”, avaliou Cida Trajano, presidenta da CNTRV.

### DISCRIMINAÇÃO MOTIVADA POR RAÇA E GÊNERO

Outro debate importante realizado no Seminário pautou o racismo e outras formas de discriminação nos locais de trabalho que afetam, de forma particular, as mulheres negras. Neste sentido, os participantes abordaram não só o aspecto psicológico do preconceito, mas também suas consequências econômicas para as trabalhadoras e trabalhadores.



### REFORMA DA PREVIDÊNCIA VIOLA DIREITOS HUMANOS

Para os participantes do Encontro Regional Sudeste, a reforma da Previdência afeta a dignidade humana e promove a violação de direitos básicos. “O fato dos trabalhadores não terem garantia de aposentadoria, por si, já é uma violação grave dos direitos humanos. Sem a aposentadoria, as pessoas estão condenadas à uma velhice marcada pela violência econômica, miséria e outras consequências geradas pela não garantia de renda”, considerou a assessora da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, Rita Pinheiro.



## SINDICALIZAÇÃO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES FRENTE AO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA: ARMAS PODEROSAS CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS LOCAIS DE TRABALHO

Um dos objetivos centrais do Encontro Regional Sudeste foi a promoção do empoderamento das mulheres nos processos de negociação coletiva desenvolvidos pelos sindicatos integrantes do Projeto. Os/as participantes participaram de mesas simuladas de negociação, com intuito de demonstrar o quanto a presença das mulheres nestes espaços é fundamental para o desenvolvimento de pautas relacionadas ao combate à violência de gênero nos locais de trabalho. “Sem a atuação das mulheres no processo de negociação coletiva, não haverá igualdade de gênero no trabalho”, afirmou Benedita Donizeti Soares, dirigente do SINDICAVESPAR, entidade que representa trabalhadores(as) do ramo vestuário na região de Pouso Alegre, MG.

Para Miro Jacintho, secretário de Formação Sindical da CNTRV, a promoção de atividades formativas que busquem potencializar a atuação das mulheres trabalhadoras frente à ação sindical, deve considerar a negociação coletiva. “Precisamos priorizar a capacitação das mulheres para que atuem mais nas mesas de negociação e, ao mesmo tempo, sensibilizar os dirigentes homens de que o combate à violência de gênero nos locais de trabalho é uma tarefa de todos e todas. A maioria dos dirigentes sequer reconhece que as mulheres sofrem diversos tipos de violência no trabalho. Atividades como estas, desenvolvidas por esse Projeto, não só promovem o debate, mas também contribuem no processo de sensibilização das direções sindicais”, considerou.



### COMO COMBATER A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS LOCAIS DE TRABALHO?

A Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT e o Instituto Observatório Social contribuíram no debate sobre ações possíveis para combater os assédios moral e sexual, salário menor, falta de oportunidades e outras formas de violência contra as mulheres nos locais de trabalho. A sindicalização das mulheres e atuação sindical das trabalhadoras foram pontos considerados para que as pautas específicas de gênero sejam ampliadas e potencializadas junto às entidades sindicais.



### EXPERIÊNCIAS DENTRO E FORA DO BRASIL

A representante do Solidarity Center da AFL-CIO, Jana Silverman, relatou experiências internacionais de combate à violência de gênero no trabalho. Regulação e instrumentos internacionais, legislação e luta das mulheres brasileiras, também foram temas tratados.

#### EXPEDIENTE:

O Projeto “Promover os Direitos Humanos e Fortalecer a Ação Sindical e a Igualdade de Gênero no Setor Vestuário do Brasil” é realizado pela CNTRV, em parceria com o Solidarity Center da AFL-CIO e apoio do Instituto C&A e Instituto Observatório Social.

Dirigente responsável por esta publicação: Francisca Trajano (CNTRV)

Elaboração e edição: João Andrade – Diagramação: Diego Orejuela – Assessoria: Josenildo Melo - Fotos: Josenildo Melo